



ASSESSORIA JURÍDICA – PARECER N.º 04/2026

Processo: 1492/2025 – Veto 11/2025

Autoria: Poder Executivo

Solicitante: Secretaria Legislativa

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO. VETO PARCIAL. PL 88/2025. IMPOSIÇÃO DE PRAZO PARA REGULAMENTAR. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.

1. Relatório

Trata-se de solicitação de parecer jurídico encaminhado a esta Procuradoria referente ao Veto n.º 11/2025, por meio do qual o Chefe do Poder Executivo Municipal entendeu pela inconstitucionalidade parcial do Projeto de Lei n.º 88/2025 (*“dispõe sobre a obrigatoriedade de supermercados, Hipermercados e estabelecimentos congêneres do Município de Paraty, disponibilizarem carrinhos de compras adaptados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”*), de autoria do Vereador Laion Junio Campos, uma vez que identificado vício em relação ao art. 5º (imposição de prazo para exercício do poder regulamentar).

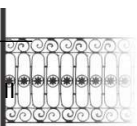
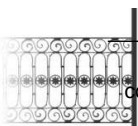
O projeto de lei em apreço foi aprovado no dia 24/11/2025 (33ª Sessão Ordinária), sendo aposto o veto no dia 16/12/2025. Consta nos autos que o veto foi regularmente lido Plenário.

É o relatório.

2. Fundamentação

2.1. Amplitude da análise jurídica

Inicialmente, destaco que o parecer jurídico é manifestação técnica de caráter consultivo e opinativo, destinado a assegurar constitucionalidade, juridicidade e técnica normativa às proposições legislativas, conferindo segurança institucional às atividades do Parlamento, respeitada a competência das Comissões Regimentais e a soberania





do Plenário para análise e deliberação a respeito do mérito, na forma do art. 110 da Resolução n.º 432/2024¹ – Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraty.

O exame jurídico se limitará as questões de ordem jurídica quanto à constitucionalidade e à legalidade da proposição, sem adentrar nas razões que a motivaram, que não podem ser objeto de análise desta Procuradoria já que pertencentes ao campo da política, cuja competência é exclusiva dos membros e comissões do Poder Legislativo.

A constitucionalidade e a legalidade devem ser avaliadas sob dois aspectos: o formal e o material. Passa-se, assim, aos respectivos exames.

2.2. Aspecto formal

O veto tem fundamento no art. 66 da Constituição Federal². Tratando-se de norma de observância obrigatória (princípio da simetria), o art. 115 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 46 da Lei Orgânica de Paraty reproduzem o texto constitucional. Além disso, há previsão no art. 310 do Regimento Interno³.

Nos termos do art. 66, § 1º, da Constituição da República, o Chefe do Poder Executivo pode, no prazo improrrogável e peremptório de quinze dias úteis, vetar total ou parcialmente projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo, fundamentando-se na inconstitucionalidade (veto jurídico) ou de contrariedade ao interesse público (veto político).

Caso o prazo decorra sem que tenha havido sanção expressa ou veto, ocorrerá a sanção tácita, na forma do art. 66, § 3º, da Constituição Federal. O projeto de lei foi encaminhado ao Poder Executivo no dia 26/11/2025, sendo o veto manifestado dentro do prazo legal.

Logo, o veto é adequado e tempestivo. Ademais, foram obedecidos os demais requisitos, uma vez que o veto foi apostado de forma expressa, escrita e fundamentada.

2.3. Aspecto material

O veto é pautado na inconstitucionalidade do art. 5º do Projeto de Lei n.º 86/2025, que contém a seguinte redação:

¹ Artigo 110. Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.

² Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

³ Artigo 310. O Prefeito disporá do prazo de 15 (quinze) dias úteis contados daquele em que a receber para se manifestar quanto à matéria.



Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Alerta-se que a Procuradoria desta Edilidade condicionou a constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 88/2025 à supressão/modificação do art. 5º, conforme parecer n.º 47/2025, datado de 29/09/2025.

O fundamento empregado pelo Prefeito é o seguinte:

O artigo 5º do Projeto de Lei n.º 88/2025 é formalmente inconstitucional, pois, ao impor prazo determinado para que o Poder Executivo edite ato regulamentar, interfere indevidamente na direção superior da Administração Pública e na discricionariedade técnica do Chefe do Executivo, em violação ao princípio da separação dos poderes, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, sendo necessário o veto parcial do dispositivo, sem prejuízo da constitucionalidade material e da validade dos demais artigos da proposição, que versam sobre matéria de interesse local e proteção de direitos fundamentais.

Esse entendimento possui amparo jurídico.

O poder regulamentar é competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme prevê o art. 84, inc. IV, da Constituição Federal e art. 64, inc. II, da Lei Orgânica, respectivamente:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

[...] IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

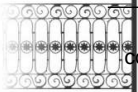
Art. 63 – Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

[...] II – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

Dessa forma, cabe exclusivamente ao Prefeito examinar a conveniência e a oportunidade para desempenho das atividades legislativas regulamentares que lhe são próprias, de modo que a imposição de prazo para prática de tais atos configura indevida interferência do Poder Legislativo em atividade típica do Poder Executivo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme nesse sentido:

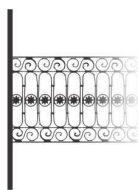
Ação direta de inconstitucionalidade. Emenda nº 24/2008 à Constituição do Estado de São Paulo. **Estipulação de prazo para o Governador expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis** (CE paulista, art. 47, III). **Violação do princípio da separação dos poderes.** [...] 1. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da **incompatibilidade de disposições que estabeleçam prazos ao Chefe do Poder Executivo para apresentação de projetos de lei ou para a regulamentação de disposições legais.** Violação dos arts. 2º e 84, II, da





Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



Constituição da República. Precedentes. [...] 4. Ação direta conhecida. Pedido julgado procedente (ADI n.º 4.052/SP, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, j. 04.07.2022, p. 12.07.2022).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 1.600/2011 DO ESTADO DO AMAPÁ. PROGRAMA BOLSA ALUGUEL. VÍCIO DE INICIATIVA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO BENEFÍCIO AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL. **FIXAÇÃO DE PRAZO PARA REGULAMENTAÇÃO DA LEI PELO PODER EXECUTIVO. INVIABILIDADE. PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.** [...] 3. A Constituição, ao estabelecer as competências de cada um dos Poderes constituídos, atribuiu ao Chefe do Poder Executivo a função de chefe de governo e de direção superior da Administração Pública (CF, art. 84, II), o que significa, ao fim e ao cabo, a definição, por meio de critérios de conveniência e oportunidade, de metas e modos de execução dos objetivos legalmente traçados e em observância às limitações financeiras do Estado. Por esse motivo, **a tentativa do Poder Legislativo de impor prazo ao Poder Executivo quanto ao dever regulamentar que lhe é originalmente atribuído pelo texto constitucional sem qualquer restrição temporal, viola o art. 2º da Constituição.** 4. Procedência em parte do pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão “no prazo de 90 (noventa) dias”, contida no art. 8º da Lei 1.600, de 28 de dezembro de 2011, do Estado do Amapá (ADI n.º 4.727/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 23.02.2023, p. 28.04.2023).

Com isso, entende-se que o dispositivo viola o art. 2º da Constituição Federal (princípio da separação dos poderes) e art. 63, inc. II, da Lei Orgânica.

Desse modo, em atenção ao viés estritamente jurídico deste parecer, recomenda-se a manutenção do veto parcial.

2.4. Apreciação do veto

A apreciação do veto cabe ao Poder Legislativo, nos termos do § 4º do art. 66 da Constituição da República.

O veto deve ser apreciado pelo Plenário, em única discussão e votação, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento.

Para eventual rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta dos Vereadores, pelo processo nominal de votação, conforme determina o § 4º do art. 46 da Lei Orgânica. Caso não atinja o referido quórum, o veto é mantido.

Por fim, cumpre advertir que o vício de inconstitucionalidade (formal ou material) não se convalida; logo, ainda que rejeitado o veto e promulgada a lei, fica a norma sujeita a eventual controle de constitucionalidade perante o Poder Judiciário.





3. Conclusão

Diante do exposto, nos termos do artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraty⁴, ressalvada a natureza não vinculante deste parecer jurídico, opino pela constitucionalidade e legalidade do Veto n.º 11/2025, recomendando-se sua manutenção (conforme exposto no item 2.3).

É o parecer, salvo melhor juízo.

Paraty-RJ, 25 de janeiro de 2026.

Gustavo Fellipe dos Santos Oliveira
Procurador

⁴ Artigo 77. Todo projeto deverá ser encaminhado ao órgão jurídico da Casa que terá o prazo máximo de 07 (sete) dias para exarar o parecer de forma expressa quanto a sua legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhados após seu parecer, para a Comissão de Justiça, Constituição, Redação, Obras e Serviços Públicos, que dispora de 10 (dez) dias para se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 310034003100350035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Gustavo Fellipe dos Santos Oliveira** em 25/01/2026 12:31

Checksum: **1AF140B4951C859262813CF9E174329F991C8EA192A28596E3D785930EF746B9**